

Testemunho e lembranças herdadas nos registros literários elaborados por descendentes de ex-presos políticos durante a ditadura civil-militar brasileira

Mariluci Cardoso de Vargas¹

Resumo

Essa comunicação visa apresentar alguns livros escritos por filhos de ex-perseguidos por motivação política durante a ditadura civil-militar brasileira, em que se dispuseram a rememorar as suas experiências ou a de seus pais décadas após os acontecimentos que marcaram suas vidas de forma traumática. No centro da análise estará o conceito do testemunho e as discussões acerca de lembranças herdada, considerando que alguns desses descendentes tinham pouca idade ou nem eram nascidos quando seus pais vivenciaram a perseguição, prisão, exílio etc. Dessa forma, as marcas do vivido ou do que foi transmitido por um terceiro, presentes em expressões como “eu me lembro” ou “me contaram”, receberão enfoque a fim de verificar como se dão as elaborações dessas lembranças inscritas em uma memória familiar e no passado nacional e de que maneira se dão as críticas ou reafirmações sobre as posições políticas de seus pais.

² Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil e-mail: mcvhistoria@gmail.com Academia.edu: <https://ufrgs.academia.edu/MariluciVargas>

Testemunho e lembranças herdadas nos registros literários elaborados por descendentes de ex-presos políticos durante a ditadura civil-militar brasileira²

“Vá em busca de sua casa e tente abrir a porta. Reconte a história do seu avô, conte a minha também: conte-as você mesma. Não tenha medo de nos trair.” (Tatiana Salem Levy, 2007)

“Faço uma releitura da releitura da vida da minha família. Reescreverei o que já escrevi.” (Marcelo Rubens Paiva, 2015)

No Brasil, especialmente na última década, descendentes diretos de atingidos pela repressão por motivação política passaram a compartilhar publicamente declarações acerca da experiência da ditadura civil-militar nas suas famílias. A disposição em rememorar tais lembranças de acontecimentos lotados há anos por meio da prática de (re)contar o que lhe foi narrado no círculo familiar, foi ativada por esses descendentes na medida em que a escuta foi despertada no âmbito estatal e social, sobretudo após a efeméride dos 40 anos do golpe de 1964. As políticas públicas e os projetos de *verdade, memória e reparação* concentrados na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pela Lei nº 9.140/95, na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (CA/MJ), regulamentada pela Lei nº 10.559/02, na Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada a partir da Lei nº 12.528/11 e nas comissões adjacentes, certamente ampliaram as possibilidades de registros testemunhais e contribuíram para a circulação dessas narrativas antes silenciadas pelo esquecimento imposto pela Lei de Anistia de 1979.

Na filmografia, temos como inaugural para os registros testemunhais em uma perspectiva filial o documentário *15 filhas*, lançado em 1996, dirigido por Maria de Oliveira e Marta Nehring, filhas de atingidos pela repressão ditatorial. O curta-metragem realizado inicialmente para ser apresentado em um seminário acadêmico, veio à público meses após a legislação sancionada em dezembro de 1995, que reconhecia como mortas as pessoas submetidas ao desaparecimento forçado por motivação política nos anos ditatoriais. Mais de uma década depois, a partir de 2007, o relato testemunhal de filhas/os passou a aparecer em livros com elementos autobiográficos e autorreferenciais. Cabe relacionar que este foi o ano do lançamento do relatório *Direito à verdade e à memória*, elaborado pela CEMDP. O livro-relatório abordou os casos de pessoas assassinadas ou submetidas ao desaparecimento forçado nos anos amparados pela lei, estes apresentados a comissão especial com base nas provas reunidas pelos requerentes, parte delas testemunhais. Na CA/MJ, o ano de 2007 foi notavelmente importante para uma guinada nos projetos de memória e reparação em uma proposta de (res)significar a anistia e a reparação para além da dimensão indenizatória, alcançando a esfera simbólica para as vítimas de graves violações de direitos humanos (BAGGIO, 2010; ALVES, 2015). Muito embora essas iniciativas tenham ficado limitadas à condução de reparação o acúmulo testemunhal foi ampliado e fortalecido com a aprovação da CNV, em 2012, e das comissões semelhantes que se

¹ Agradeço as pesquisadoras e coordenadoras da mesa *Las memorias en la transmisión intergeneracional o como los jóvenes elaboran el pasado*, Sandra Raggio e Samanta Salvatori, cujos comentários foram de grande valia para qualificar alguns aspectos deste trabalho.

desenvolveram nos Estado e municípios.³

Paralelamente a esses canais, no âmbito da literatura de conteúdo testemunhal elaborada por filhas/os de atingidos pela repressão nos anos ditatoriais foram lançados sete livros: *A chave de casa* [2007], de Tatiana Salem Levy, nascida em 1979; *Elvis, Che, meu pai e o golpe de 64* [2008], de Maria Luiza Castilhos, nascida em 1955; *Born Subversive: A memoir of survival* [2008], de Nadejda Marques, nascida em 1972 - escrito em inglês pelo fato de sua autora residir nos Estados Unidos desde que se exilou com a mãe nos anos setenta; *Nieta dos Campos da Paz* [2012], de Mariza Campos da Paz, nascida em 1939; *Maurício Grabois: Meu Pai* [2013], de Victória Lavínia Grabois Olímpio, nascida em 1943; *Ainda estou aqui* [2015], de Marcelo Rubens Paiva, nascido em 1959; *Em nome dos pais* [2017], de Matheus Leitão Netto, nascido em 1977. Embora a literatura impulsionada por essa categoria de autoras/es não configure em um gênero específico no país, cabe observar que ela se soma aos demais relatos de experiências de conteúdo testemunhal elaborados por aquelas/es que estiveram na linha de frente da resistência ou foram considerados inimigos da segurança nacional por motivações diversas. Nessa esteira, o acervo literário nacional contabiliza mais de 90 livros caracterizados como autorreferenciais para além do gênero empregado (VARGAS, 2018). Os livros listados possuem propostas e formatos que vão desde a autoficção e (auto)biografia até a reportagem investigativa.⁴ Contudo, o trabalho de memória por meio da escrita de si em confluência com as experiências de seus pais configura-se como um ponto em comum. Vale observar que cinco dos sete livros foram escritos a partir de uma perspectiva feminina e que a necessidade de lembrar esse passado por meio da escrita foi manifestada tanto por escritores profissionais como por pessoas que exercem outros ofícios (caso de Nadejda Marques, Maria Luiza Castilhos, Mariza Campos da Paz e Victória Lavínia Grabois Olímpio).

O testemunho voluntário e o objeto de análise

Ao tratar da problemática da transmissão do vivido, das heranças identitárias e das aprendizagens acerca da memória política nacional Elizabeth Jelin observa que as marcas de viver um acontecimento histórico diferem para mulheres, homens, crianças, adultos e idosos, “*porque afecta a condiciones de vida, experiencias y horizontes futuros*” (JELIN, 2002, p. 119). Nesse sentido, cabe observar que o testemunho inibido por condição traumática razoavelmente é influenciado não apenas pela situação em que emerge, mas por variáveis como idade, sexo, formação psíquica, cultural, educativa, política e a subjetividade decorrida desses elementos. Além disso, está o paradoxo de que a necessidade de contar o experienciado ou de propagar aquilo que lhe foi legado encontra na linguagem a sua possibilidade e o seu limite (SELIGMANN-SILVA, 2005).

Assim sendo, e no entendimento de que a literatura permite a produção de sentido do que é fragmentário, as inscrições possibilitam retratar o passado instalado na

³ As Comissões da Verdade tiveram um papel fundamental no processo de organização das declarações de descendentes diretos dos atingidos pela repressão. Nesse sentido, vale consultar: SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância roubada, crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – São Paulo: ALESP, 2014. MINAS GERAIS (ESTADO). COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS. *Relatório*. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

⁴ Utilizo (auto)biografia com o limite das aspas por entender que o propósito das/os autores pode, em alguns casos, estar mais direcionado a construir parte da biografia de seus pais do que as suas próprias. No entanto, como os textos possuem elementos autorreferenciais, e grande parte das narrativas são conduzidas em primeira pessoa, em alguns casos, acabam por tecer consigo uma autobiografia. As categorias autobiografia e autoficção, embora perpassem minha análise de forma tangencial, estão embasadas em: Arfuch (2013) e Gomes (2004).

memória privada que se forma e interage com a memória pública em uma extensão do eixo condutor das histórias familiares que se ligam ao país. Se na concepção jurídica do testemunho a literatura e a ficção são descartadas e impedidas (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 374), então é justamente no desvio da demanda judicial que essas marcas estão, e que, embasadas na autorreferencialidade, permitem articular o lembrado ou o que lhe fora contado com recursos mais livres do que aqueles demandados para serem colocados à prova. Logo, os relatos autorreferenciais configuram em um dos arquivos acerca da temática, já que se propõem a enfrentar a realidade além de materializarem “o inventário das feridas e das cicatrizes que as torturas e as mortes provocaram em milhares de brasileiros” (FIGUEIREDO, 2017, p. 45). Com base, portanto, na literatura como um dos arquivos da ditadura brasileira (FIGUEIREDO, 2017), busquei traçar algumas questões quanto aos testemunhos construídos de forma privada, espontânea e que foram compartilhadas socialmente por meio de livros, produções que permitem a literalidade e a ficcionalização da experiência.

Assim sendo, selecionei dois livros entre os listados acima: *A chave de casa*, de Tatiana Salem Levy e *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva. A escolha se deve a alguns fatores sendo parte deles convergentes e outros divergentes. Dentre os pontos semelhantes está o momento pessoal em que é despertado em ambos a necessidade de inscrever suas memórias e as memórias ligadas aos seus familiares. A morte física ou psíquica é uma pista fornecida por Tatiana Levy e Marcelo Paiva como motivação para seus escritos, já que a mãe da autora de *A chave de casa* faleceu de leucemia em 1999, e a mãe do escritor de *Ainda estou aqui*, foi diagnosticada com Alzheimer em meados da década de 2000. Embora, a trama do livro de Tatiana Levy não nomeie seus personagens, algumas passagens permitem traçar um paralelo entre a personagem principal e sua mãe e a autora. Na narrativa, a forte presença da mãe prevê a ausência e o que se perderá com ela. A protagonista rearranja os papéis e alerta a/o leitor(a), como que em conversa com a sua progenitora: “*Hoje, mãe, sou eu que a carrego no ventre*” (LEVY, 2009, *e-book*). Dentre seus ensinamentos está a orientação para que sua filha não se coloque como vítima das circunstâncias, conduzindo-a a enfrentar o passado por mais violento e traumático que ele tenha sido para ela ou para os seus. Em paralelo, no relato de Marcelo Paiva, a mãe Maria Lucrecia Eunice Facciolla Paiva tem nome, profissão, endereço, ativismo, um passado de iniciativas que se distancia de um presente desorientado como cidadã, interdita pela falta de saúde e de memória. Apresentada como a heroína da família (PAIVA, 2015, *e-book*), como aquela que negava a possibilidade de assumir o papel de vítima, exigiu a mesma postura das filhas e do único filho diante da morte e do desaparecimento forçado de Rubens Paiva, o pai de Marcelo Paiva. Sua mãe, embora ainda esteja aqui, já não pode mais impedir o esquecimento, a doença, segundo o escritor, fez com que seu filho virasse a mãe de sua mãe (PAIVA, 2015, *e-book*). A morte física e simbólica impulsionou, portanto, ambos os escritores, como se suas inscrições salvassem essas mulheres atingidas pela repressão ditatorial brasileira do apagamento de seus rastros.

Diante da intransmissibilidade da experiência, outro fator que os escritores indicam em comum está na responsabilidade de contar e recontar, de articular as suas lembranças e rearranjar as de suas mães em um desafio de escrever e reescrever os sentidos de suas trajetórias permeadas de trágicos desvios para si e para elas. Outro elemento em comum entre os livros está nas temporalidades distintas em que as duas narrativas operam, sem oferecer a(o) leitor(a) uma cronologia organizada e estanque. Tal ponto, parece um indício de como se configura a própria memória quando demandada, sem obedecer a uma linearidade que atende a um percurso orientado.

Dentre os elementos que, à primeira vista, parecem dissonantes, está a

classificação de seus gêneros. O primeiro, *A chave de casa*, considerado por sua autora como um livro de (auto)ficção, já que explora, em grande medida, as lembranças pela via fictícia, uma vez que Tatiana Levy nasceu no exílio e tinha pouca idade quando seus pais retornaram para o Brasil. O segundo livro, *Ainda estou aqui*, também com marcas (auto)biográficas, tem em seu autor a reunião vestígios de sua própria experiência, especialmente de parte da sua pré-adolescência após a casa onde cresceu ter sido invadida. Contudo, cabe ressaltar, que esses elementos que parecem destoar entre um e outro livro, necessariamente, podem ser vistos como flutuantes, na medida em que a autoficção e a autobiografia possuem intersecções e que a captação do que é lembrado também apela a imaginação a fim de ser traduzido e representado.

Diante dos critérios apresentados, a categoria testemunho se impõe a esta análise no entendimento de que sua etimologia, que remonta ao latim, indica a figura do *testis*, como um terceiro que apresenta condições para enfrentar a realidade em termos jurídicos e decidir entre as partes, e *superstes*, como aquele que sobrevive e subsiste a uma acontecimento extraordinário (SELIGMAN-SILVA, 2010; HARTOG, 2017). A partir dessa leitura, o testemunho a ser verificado nesses livros liga-se ao testemunho do sobrevivente, como aquele que transcendeu as situações incompatíveis com um trajeto comum.

Independente do gênero de cada livro, minha proposta se dirige para a observação do conteúdo testemunhal disposto em cada narrativa, o qual pode ser caracterizado como voluntário se situado paralelamente aos testemunhos declarados em outras condições e propagados nas últimas décadas. Tendo em vista que as condições em que o testemunho é enunciado influenciam no seu conteúdo, julgo pertinente observar que para os casos selecionados para essa análise as lembranças retratam as *memórias subterrâneas* (POLLAK, 1989) uma vez que enfrentam, ainda, a política de esquecimento institucionalizada pela Lei de Anistia de 1979. O testemunho sobrevivente em condição voluntária, contudo, não se apresenta como a única condição cuja declaração é manifestada, já que esses relatos se apresentaram se somam ao *testemunho obrigado e convocado*, durante a ditadura civil-militar, e o *testemunho induzido pelo dever de justiça*, no processo de redemocratização (VARGAS, 2018).⁵ Elaborado de maneira espontânea e sem mediadores, o *testemunho voluntário* exige, primeiramente, uma disposição em construir um sentido para um passado que deixou marcas a serem cicatrizadas, cujo trabalho de memória se mostra mais coletivo do que parece à primeira vista e mais doloroso do que se possa supor.

A chave de casa e a dor de contar as heranças do desterro

Tatiana Salem Levy é filha de Helena Salem e Nelson Levy, nasceu em Portugal durante o exílio de seus pais que voltaram após a anistia política em 1979.⁶ Ela

⁵ O *testemunho obrigado* ou *convocado*, pode ser definido como aquelas declarações fornecidas durante o Estado ditatorial em situação de interrogatórios sob tortura, de detenção arbitrária ou mesmo quando indiciados e formalmente convocados. O *testemunho induzido ao dever de justiça*, caracteriza outra situação: aquela em que as pessoas foram motivadas a prestar declarações no contexto das políticas públicas de *verdade, memória e reparação*. Para maiores detalhes, consultar: VARGAS, 2018.

⁶ Helena Salem (1948-1999) foi uma jornalista e pesquisadora brasileira, os trabalhos que publicou revela sua proximidade com o cinema nacional, com os livros Nelson Pereira dos Santos – O sonho possível do cinema brasileiro [1987], Leon Hirzman – O navegador de estrelas [1997], e como colaboradora nos projetos de Jorge Bodanzky no documentário *Igreja dos Oprimidos* [1986], sobre o terror de Estado na região do Araguaia e no trabalho de Eduardo Escorel e Roberto Feith na série televisiva *90 anos de cinema – uma aventura brasileira* [1988], ambos transformados em livros com a participação direta dela. No livro *Versões e Ficções* [1997], organizado por Daniel Aarão Reis Filho, Helena Salem é autora de três artigos: *Filme fica em débito com a verdade histórica*, *Ex-militante inspira personagens femininas: entrevista com Vera Sílvia Magalhães* e *Ficção é julgada sob as lentes da história: entrevista com Daniel*

tinha menos de um ano de idade quando veio para o Brasil, atualmente reside em Lisboa. *A chave de casa* [2007], é resultado da sua tese de doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em que apresentou um romance de autoficção junto a um ensaio acerca do percurso do trabalho e da opção em transformar a pesquisa acadêmica em um gênero literário (LEVY, 2007). Para Marilene Weinhardt “*A chave de casa* não é uma autoficção na sua forma radical, mas a justaposição da biografia de Tatiana Levy com o percurso da narradora e protagonista do romance” (WEINHARDT, 2015, p. 240).

O tema da herança familiar ligada à perseguição de seus pais e avós que gerou a migração de mais de uma geração marca seu livro de estreia. Entre as várias histórias que atravessam temporalidades distintas o fio condutor da narrativa envolve situações sobre a própria narradora, suas relações amorosas, e, principalmente, a forte presença de sua mãe e avô por meio de diálogos e experiências como ensinamentos. A narradora, sem nome, induz o leitor a confundi-la com a autora, Tatiana Levy, e embaralha o que é articulado como vivência/lembrança daquela que conduz o relato, o que foi vivido pelos seus familiares e lhe foi contado. Em um jogo entre o que é lembrado e o que é recontado, a narradora trabalha as experiências, as dela, ainda que não registradas e as dos seus, intransmissíveis e intransferíveis. Em uma das passagens do livro, a condutora da trama se coloca como testemunha, aquela que estava lá, que viu e sentiu a emoção do reencontro de sua mãe com seu avô, ainda que como bebê de colo:

“Quando percebeu que era possível ver quem estava do outro lado, aproximou-se do vidro que impedia a passagem. Com os olhos de azeitona afoitos, procurou algum conhecido. Até que levou um susto: arrastando de mansinho a mão pelo vidro, seu pai chegou até ela. Quanto tempo fazia que não se viam! Ela diria que ele estava igual – igualzinho -, não fossem algumas rugas a mais e a coluna mais curva do que na última vez em que se encontraram. Os olhos dos dois estavam molhados, embora as lágrimas não caíssem. Imitando seu gesto, ela encostou a mão no vidro feito fosse segurar a dele. Trocaram carinhos, e era como se o vidro não existisse, até podiam sentir o calor da mão um do outro. De repente, como se ainda não tivesse se dado conta, ele apontou para a neta, era a primeira vez que a via. Ela ficou olhando para os dois, seu pai e sua filha.” (LEVY, 2009, *e-book*)

A narradora não esclarece, mas é possível que o excerto articulado como lembrança seja de uma cena vivida pela autora, recontada como uma lembrança herdada de sua mãe ou de seu avô. Além disso, a imagem do reencontro entre pai, filha e neta em um aeroporto, se assemelha com muitas chegadas de crianças nascidas no exílio que saídas do Brasil quando muito pequenas, regressaram quando a face dos seus familiares já não podia mais ser reconhecida. O verbo contar e herdar conecta a linha transgeracional, pois nos diálogos entre a narradora e sua mãe, as tensões giram em torno do passado sofrido, do fardo, do pesado silêncio, das incompreensões acerca das perseguições sofridas por seus avós serem judeus, por seus pais serem comunistas. Importante destacar que a voz da mãe sempre aparece entre colchetes como se fosse um contraponto dos pensamentos da narradora, uma provocação crítica ao que ela pensava ter como herança única. Ainda que na tradição judaica a memória familiar e identitária

transcenda as gerações, as palavras da mãe da narradora parecem querer romper por diversas vezes o mito da incontornável dor causada pelas heranças daquela que narra:

“[Lá vem você, narrando sob o prisma da dor. Não foi isso o que lhe contei. O exílio não é necessariamente sofrido. No nosso caso, não foi. Eu trabalhava como correspondente de uma revista no Brasil. Estávamos em Portugal: comendo bem, falando a nossa língua, conhecendo gente, trabalhando, nos divertindo. Seus avós vieram nos visitar, muita gente passou por lá. [...] Quando você nasceu, não estava frio nem cinzento. Não penei para parir. Não tomei anestesia nem tenho cicatriz, você nasceu de parto normal. Eu a peguei nos braços imediatamente. Você foi muito querida e desejada, a resposta de um exílio sem dor.] [...] Você sabe, essa dor que sinto no corpo, os ombros pesados, é o passado não esquecido que carrego comigo. O passado de gerações e gerações. [Não, minha filha, o que você não suporta em seu dorso frágil são os silêncios do passado. Você carrega o que nunca foi falado, o que nunca foi ouvido. O silêncio é perigoso, eu alertei.]” (LEVY, 2009, *e-book*)

O livro não deixa claro a postura da mãe de Tatiana quanto a sua própria trajetória, a experiência do exílio, ao fardo do passado e do silêncio. Tampouco esclarece se era esperado da filha o repasse da memória familiar, já que tudo o que é verbalizado pela mãe passa pelo filtro da filha que narra, a quem parece ter recaído a responsabilidade de contar o que não foi explicitado pela geração anterior. No entanto, a relativização do exílio como um lugar de alegrias após a prisão e as torturas, a fuga da morte e do país que lhes queria longe, coaduna com outros relatos na historiografia sobre o tema. Denise Rollemberg afirma, inclusive, que o exílio para alguns brasileiros não foi vivido como luto, mas como uma oportunidade de ampliar horizontes (ROLLEMBERG, 1999, p. 299).

A narradora revela a incômoda relação com a ideia de pertencimento a um país, a um povo. A necessidade de refazer o trajeto, de voltar aos lugares a fim de procurar elementos que propiciassem o reconhecimento de vestígios identitários são mediados pela dificuldade de elaboração de um percurso dos seus antepassados em um presente que possui uma considerável distância temporal. Outro ponto a ser notado são as incertezas sobre como lidar com as heranças das constantes perdas, lutos e partidas que não foram vividas apenas por ela. Nessas passagens, fica evidente o embaraço para acessar as suas dores e a de seus antepassados e o desconforto entre a paralisia e a mobilidade sobre questões que estimulam o reviramento da memória entre o silêncio e o esquecimento. No livro o verbo “contar” é bastante utilizado pela autora, o que demarca o quanto sua memória é parte da herança, já que as experiências que marcaram seus pais durante a ditadura civil-militar, ainda que não seja o único assunto traumático no decorrer do texto, ocorreram antes mesmo dela nascer. Assim sendo, a narradora expõe as fragilidades desse processo e os embates consigo mesma no percurso da elaboração de seu relato:

“Com raiva, com ódio, jogo a máquina de escrever no chão e rasgo todas as folhas escritas. E também as brancas, para não correr o risco de continuar escrevendo. Percebo o quão inútil é escrever essa viagem de volta às origens. Não quero escrever nem mais uma vírgula, quero destruir o que foi escrito. Essa viagem não tem por que existir: nem de verdade nem no papel. [...] Se não sangra, a minha escrita não existe. Se não rasga o corpo, tampouco existe. Insisto na dor, pois é ela que me faz escrever. [...] Essa herança dói. O que trago comigo sem escolha dói. [...] A história do meu avô, a sua história, a tortura, o exílio, tudo dói. E, sobretudo, dói falar da dor. Dói escrever esta história: cada

nova palavra que encontro dói. Escrever, mãe, dói imensamente: dói tanto quanto é necessário.” (LEVY, 2009, *e-book*)

Sobre a necessidade de testemunhar, Tatiana Levy relatou em um congresso acadêmico que durante a elaboração do projeto e realização da tese/autoficção retornou às memórias de seus familiares, como uma forma de se aproximar de suas histórias. Dessa forma, foi em busca dos vestígios de suas trajetórias, como cartas, diários, relato de imigração e de um arquivo familiar, e encontrou suas próprias impressões, como um diário em que registrou a sua primeira viagem à Turquia, sucedida dez anos antes da produção do livro (LEVY, 2006). A inscrição na literatura das lembranças de si ou das lembranças herdadas é evidenciada pela autorreferencialidade que confere a autenticidade do testemunho.

Ainda estou aqui e o dia que não teve fim

Marcelo Rubens Paiva, é filho de um ex-parlamentar petebista submetido ao desaparecimento forçado. Natural do Rio de Janeiro, nasceu em 1959, primeiro e único menino de Eunice Paiva e Rubens Beyrodt Paiva.⁷ Além de escritor, é dramaturgo, roteirista e colunista do caderno de Cultura do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 2015, publicou *Ainda estou aqui*, em que trata da trajetória da mãe, que ficou viúva aos quarenta e um anos e teve sua vida modificada após a detenção do marido e consequente desaparecimento em 1971, e sua própria prisão com uma das filhas adolescente. Marcelo Paiva havia publicado *Feliz Ano Velho* em 1982, sucesso editorial, no qual narrou o acidente que o tornou portador de deficiência física, as descobertas dessa nova condição e, de forma breve, a prisão e desaparecimento de seu pai.

Ainda que Marcelo não afirme uma identidade militante nas pautas do direito à *verdade, memória e justiça* as condições de sua profissão permitem que ele dialogue com seus leitores e expresse em sua coluna jornalística, com certa frequência, textos sobre o tema da ditadura civil-militar. Um dos artigos escritos por ele em 1995, divulgado na revista *Veja* contribuiu para que o debate sobre a demanda da Lei dos Desaparecidos fosse acolhida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PAIVA, 2001, p. 45-50). No artigo, Marcelo manifestou a sua identidade de filho de ex-perseguido político. A Lei dos Desaparecidos aprovada em 1995, reconheceu que Rubens Paiva estava morto. Em 2015, mais de vinte anos após a publicação daquele artigo e 44 anos após o desaparecimento do pai, em *Ainda estou aqui*, o autor escreveu:

“Meu pai, um dos homens mais simpáticos e risonhos que Callado conheceu, morria por decreto, graças à lei dos Desaparecidos, vinte e cinco anos depois de ter morrido por tortura. [...] Ela ergueu o atestado de óbito para a imprensa, como um troféu. Foi naquele momento que descobri: ali estava a verdadeira heroína da família; sobre ela que nós escritores, deveríamos escrever. [...] A família Rubens Paiva não é vítima da ditadura, o país que é. O crime foi contra a humanidade, não contra Rubens Paiva. Precisamos estar saudáveis, bronzeados para a contraofensiva. Angústia, lágrimas, ódio, apenas entre quatro paredes. Foi a minha mãe quem ditou o tom, ela quem nos ensinou.

⁷ Rubens Beyrodt Paiva foi deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e teve seus direitos políticos cassados no primeiro Ato Institucional, em 9 de abril de 1964. Após alguns meses de exílio retornou ao Brasil e, em 1971, teve sua casa ocupada por seis agentes estatais e foi sequestrado para depor, posteriormente morto por agentes da repressão ditatorial e submetido ao desaparecimento forçado. Eunice Paiva, foi presa junto com uma de suas filhas, Eliane Paiva, após Rubens Paiva ser levado, e ficou por mais de dez dias no DOI-CODI do I Exército/RJ. Após o desaparecimento forçado de Rubens Paiva, Eunice se tornou advogada, seguiu lutando para o esclarecimento sobre a morte do pai dos seus filhos e se engajou na questão indígena.

[...] Naquela tarde que pegamos o atestado de óbito, em 1996, vi minha mãe então chorar como nunca fizera antes. Era um urro. Não tinha lágrimas. Como se um monstro invisível saísse de sua boca: uma alma. Um urro, grave, longo, ininterrupto. Como se há muito ela quisesse expelir. Pela primeira vez, me deixou falar, sem me interromper. Pela primeira vez, na minha frente, chorou tudo o que havia segurado, tudo o que reprimiu, tudo o que quis. Foi um choro de vinte cinco anos em minutos. O rompimento de uma represa.” (PAIVA, 2015, *e-book*)

Parte do excerto acima foi publicado em um dos seus artigos no *Estado de S. Paulo*, intitulado *Trabalhando o sal*. Ao realizar a leitura desse texto, na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) em 2014, para as câmeras e uma plateia atenta, o escritor, pela primeira vez em público não conseguiu conter as lágrimas. Em outra entrevista, o escritor declarou que seus registros em *Ainda estou aqui* foram uma forma de homenagear Eunice, que atualmente vive no Rio de Janeiro resistindo a doença de Alzheimer. O apagamento das memórias dela impulsionaram Marcelo Paiva, a refazer o seu percurso, como mãe, lutadora e profissional, que com mais de quarenta anos se tornou advogada e atuou na defesa dos povos indígenas, casos que lhe conferiram reconhecimento internacional sobre demarcação de terras e que a manteve no trabalho até a doença começar a se manifestar em 2004.

Em *Ainda estou aqui* o narrador avança e recua no tempo pontuando lembranças acerca dos impactos causados nele e em sua família, nos desencontros e (re)encontros com testemunhos ou novas informações referentes aos acontecimentos que apagaram a materialidade de seu pai. Em uma das passagens, o filho já com mais de 50 anos inscreveu as suas lembranças acerca da mudança do seu olhar após o não retorno do seu pai e do reencontro com a sua mãe depois de sua detenção:

“A ditadura apertou. [...] Meu pai foi preso e morto naquele ano. Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de nenhum outro moleque. Muitos passaram a me evitar. Eu era filho de um terrorista que atrapalhava o desenvolvimento do país, eles aprendiam com alguns pais e professores, liam na imprensa, viam nos telejornais. Meu pai era membro “do Terror”! Em 1971, eu ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam.” (PAIVA, 2015, *e-book*)

“2 de fevereiro, dia de Iemanjá. Fui recebido em casa com festa pelas irmãs e a empregada, Maria José. Subi a escada correndo e encontrei a minha mãe deitada no seu quarto, exausta. Abracei ela como nunca. Ela fez carinhos em mim, me acalmava, quando comecei a sentir falta de ar. Era um ataque de bronquite violento, bem mais forte que os outros. O quarto estava à meia-luz; ela manteve a janela fechada. Estava com roupa confortável cor de vinho. Era ela, a minha mãe, a minha amada mãe. Que não chorou. Apenas me acalmou, enquanto eu tentava respirar e meus brônquios não ajudavam. Depois dos habituais exercícios de inspirar e expirar, me acalmei. Eu que deveria cuidar dela, eu que estava sendo cuidado por ela. Adormeci ao seu lado. Senti paz. Senti proteção: eu, então, o único homem da casa.” (PAIVA, 2015, *e-book*)

Entre o dia de São Sebastião, 20 de janeiro, feriado religioso no Rio de Janeiro, no qual Rubens Paiva foi levado e o dia de Iemanjá, feriado religioso nacional, longos dias de espera se passaram para o menino Marcelo Paiva de 11 anos. Se passaram décadas até que seu trabalho de memória fosse realizado a fim de ser compartilhado socialmente. A família Rubens Paiva, parte de uma elite carioca, conhecida

nacionalmente, certamente obteve maior visibilidade que outras famílias que tiveram seus pais, maridos, filhos submetidos ao desaparecimento forçado. O escritor, nesse livro, oferece aos leitores o testemunho da sobrevivência dos que passaram por situações excepcionais e o da denúncia, enfatizando a falta de justiça no Brasil. Como uma espécie de anexo ao livro, a publicação traz nos últimos capítulos a denúncia ajuizada pelo Ministério Público Federal e pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro datada em maio de 2014, contra cinco militares reformados do Exército brasileiro e outros já falecidos, sem contabilizar os agentes que não foram identificados até a denúncia. O documento que segue à denúncia é o de admissibilidade do caso pela 4ª Vara Federal Criminal, Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. O livro encerra, portanto, com a história em aberto, daquele feriado de 20 de janeiro de 1971, “um dia que não teve fim” (PAIVA, 2015, *e-book*).⁸

Em entrevista para *O Estado de S. Paulo*, Marcelo Paiva disse ter escrito “também como um testemunho para meu filho, uma das raras pessoas das quais minha mãe jamais se esquece” (*O Estado de S. Paulo*, 2015), um indício do elo transgeracional. O fio da memória que o filho, ainda bebê na época do lançamento das memórias de seu pai, começava a tecer, a mãe, já doente, perdia a cada dia. É dessa perspectiva, de um elo entre passado, presente e futuro que Marcelo Paiva escreve, em uma mediação do que se esvai no apagamento de registros da mãe e na possibilidade de inscrição para o conhecimento do filho. *Ainda estou aqui*, é o testemunho de quem esteve lá, viu ou ouviu e sobreviveu para contar, seja, no caso do livro, na ausência do pai, pelas vozes da companheira ou do filho que segue afirmando a sua presença nas lutas que a mãe já não pode mais travar.

Considerações Finais:

A chave de casa e *Ainda estou aqui* demonstram que a elaboração do passado ditatorial segue latente por meio da literatura de atingidos pela repressão em uma perspectiva filial. Nos livros selecionados a necessidade de acessar a experiência de si e de seus familiares se dá em condição voluntária e revela a extensão da urgência de narrar entre os testemunhos diretos e seus descendentes. Estes, por sua vez, (re)arranjam os registros daqueles que foram atingidos por situações excepcionais e expõem os desvios e desencontros provocados em suas famílias pelo ditadura civil-militar brasileira. Cabe sublinhar ainda que nos escritos analisados não há exaltação à militância ou ao envolvimento político de seus pais, mas pelo contrário, aponta-se a exposição de alguns receios, medos e fracassos perante os acontecimentos impostos pela repressão e suas consequências. Destarte, indicam tensões entre a responsabilidade de (re)lembrar, (re)escrever, (re)contar e a ponderação das dificuldades inerentes as heranças doloridas e difíceis de serem superadas.

Nesse sentido, filhas/os de atingidos partilham a experiência e rompem com a privatização do vivido, inscrevendo nas memórias públicas seus testemunhos simultaneamente aos projetos estatais de *verdade, memória e reparação*. Todavia, ainda que influenciados pelos momentos das iniciativas públicas nacionais esses relatos propõe uma dissidência dessas propostas institucionais. Desse modo, as memórias subterrâneas na perspectiva filial emergem e interagem com os demais registros sem se mostrarem subordinadas às medidas estatais de justiça de transição e, perante algumas

⁸ Segundo Marcos Rolim, o ministro Teori Zavascki, do STF, antes do seu falecimento, “suspendeu a ação penal, entendendo que o processo seria incompatível com a análise feita pelo Tribunal a respeito da aplicação da Lei da Anistia. O caso não tem data para ir a plenário.” *Jornal Extra Classe*. Ainda estou aqui. Por Marcos Rolim. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/edicoes/2015/09/ainda-estou-aqui/> acesso em 11/06/2018.

questões, às próprias pautas herdadas pelo núcleo familiar.

Frente ao (re)arranjo das lembranças, fica evidente que o uso do recurso fictício e dos materiais de arquivo privado, familiar ou público, explorados pelos escritores, é um meio para autenticar o discurso daquele que esteve lá, viu, ouviu e sobreviveu, ainda que a lembrança se apresente como desfocada ou pouco nítida. Assim sendo, o conteúdo de resistência ao inaudito permanece, ainda que com algumas tensões entre o que seus pais não previram ou lhes privaram. Logo, o despertar de seus escritos aponta que os ocultamentos gerenciados por seus pais não impediram que as marcas do vivido transcendessem as fronteiras geracionais.

Fontes e bibliografia:

ALVES, Glenda Gathe. *A virada hermenêutica da Comissão de Anistia: a anistia brasileira e as diferentes estratégias de reparação* (2007/2010). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía: exploraciones en los limites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BAGGIO, Roberta. C. Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. (Org.). *Repressão e memória política no contexto Ibero-brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Brasília; Coimbra: Ministério da Justiça; Universidade de Coimbra, CES, 2010. p. 258-285.

CAIXETA, Sheila Couto. Memória e identidade em *A chave de casa* (2007) de Tatiana Salem Levy e *Azul-corvo* (2010) de Adriana Lisboa. *Anais do SILEL*. Vol. 3, Núm. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos/projetos-de-memoria-e-reparacao#caravana> acesso em 12/10/2018.

Entrevista de Marcelo Rubens Paiva para a divulgação do livro pela Alfaguara Brasil Editora, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lvM8viBxkrw> acesso em 28/08/2017.

FIGUEIREDO, Euridice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

HARTOG, François. La présence du témoin. *L'homme*, 223-224/2017, p. 169 a 184.

JELIN, Elizabeth. *Trabajos de la memoria*. Madrid, Siglo XXI, 2002.

LEVY, Tatiana Salem. *A chave de casa: experimentos com a herança familiar e literária*. Tese de Doutorado, Departamento de Letras, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2007.

LEVY, Tatiana Salem. *A chave de casa*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LEVY, Tatiana Salem. Do diário à ficção: um projeto de tese/romance. *X Congresso Internacional da ABRALIC*. Rio de Janeiro, 2006.

O Estado de S. Paulo. Trabalhando o sal. Por Marcelo Rubens Paiva. 24/02/2014. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/trabalhando-o-sal/> acesso em 16/05/2018.

O Estado de S. Paulo. Marcelo Rubens Paiva trata do assassinato do pai em seu novo livro “Ainda estou aqui”. Por Ubiratan Brasil. 06/08/2015. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,marcelo-rubens-paiva-trata-do-assassinato-do-pai-em-ainda-estou-aqui,1738843> acesso em 11/06/2018.

- PAIVA, Iúna Gabriella Costa de. *Memórias familiares da ditadura brasileira em "Ainda estou aqui", de Marcelo Rubens Paiva*. Dissertação de Mestrado em Letras UFPI, Teresina, 2017.
- PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva/Alfaguara, 2015.
- PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. In: TELES, Janaína. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 45-50.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, Memória, Literatura - O testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005.
- VARGAS, Mariluci Cardoso de. *O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário. Brasil (1964-2017)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/183235> acesso em 04/10/2018.
- WEINHARDT, Marilene. Filhos da geração de 1960/70: herdeiros da memória. In: WEINHARDT, M. (org). *Ficções contemporâneas: histórias e memórias* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 237-258.